

**Marco Morel. (2017) *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito*. Paco: Jundiá, 306 pp. (ISBN 978-85-4621-066-4). Paperback/Ebook.**

André Ulisses de Brito<sup>1</sup>

A obra *A revolução no Haiti e o Brasil escravista*, do historiador Marco Morel, é uma importante contribuição para o debate historiográfico sobre a revolução haitiana do fim do século XVIII e sua repercussão em um Brasil<sup>2</sup> em plena transformação política. Repleto de detalhes históricos, debates historiográficos, fontes primárias e secundárias, além de referências culturais – como cinema, literatura e teatro, inclusive dos dias atuais –, o autor propõe uma nova leitura na maneira como essas décadas politicamente efervescentes, na então apelidada “Pérola das Antilhas”, moldaram o imaginário e pautaram o debate na colônia portuguesa da América do Sul.

A hipótese histórica principal de Morel é de que a revolução haitiana não teve apenas uma recepção negativa no Brasil; ela foi vista ora positivamente, ora negativamente, mas nunca como um bloco monoliticamente negativo. Sua obra é rica em demonstrar justamente as nuances do processo histórico, fugindo de dicotomias fáceis e de uma visão linear da história. A cada capítulo, e a cada esquina da história, há encruzilhadas, clivagens e contradições. Dessa maneira, ele nos apresenta um relato conciso e acurado do processo revolucionário haitiano, cuidando para que o leitor não especializado – certamente um dos públicos deste livro – não se perca na intrincada rede de personagens, fatos e interpretações, para só então analisar a recepção dos eventos no Brasil.

O livro é organizado de maneira pedagogicamente inteligente. Dividido em três partes, o autor apresenta uma história da revolução haitiana na primeira delas, oferecendo uma breve cronologia dos eventos e notas biográficas introdutórias sobre os principais atores envolvidos, como George Biassou, Toussaint Louverture, Jean-Jacques Dessalines, Alexandre Pétion e Jean-Pierre Boyer. Apresenta, também, um quadro de classificações raciais da época, e a maneira como ele serviu de inspiração para duas empreitadas do mesmo tipo no Brasil. No fim da primeira parte, há um dicionário de léxicos, fundamental

---

<sup>1</sup> Doutorando em em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>2</sup> A época em que o autor se debruça sobre as repercussões dos eventos haitianos no Brasil compreende as quatro primeiras décadas do século XIX. Nesse período, o Brasil foi uma Colônia de Portugal, sede e parte integrante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e finalmente um país independente, a partir de 1822. Com fim de praticidade, refiro-me aqui apenas ao “Brasil”, sempre que a informação prescindir de sua condição e contexto político exatos.

para o entendimento da narrativa histórica, e um quadro explicativo sobre as principais diretrizes das cinco primeiras constituições haitianas, que vão de 1801 a 1816 – anteriores, em sua maioria, às principais constituições liberais do primeiro quarto do século XIX.

O processo emancipatório do Haiti foi longo e violento. Após o período de maior turbulência, seguiu-se uma série de reviravoltas internas: o país foi uma monarquia, chegou a ficar dividido entre o norte monárquico e o sul republicano, foi palco de uma guerra civil entre pretos e mulatos e, finalmente, tornou-se uma república unificada. O movimento tomou, desde os primórdios, a irreduzível decisão de pôr fim à escravidão e ao colonialismo. Ademais, tratou-se de uma revolução promovida pelas gentes escravizadas e pelos então chamados *gens de couleur* (mulatos), em grande parte livres.

A segunda parte da obra volta-se para a análise da visão de três clérigos católicos franceses sobre os acontecimentos no Haiti e sobre a escravidão em um sentido geral. Contém, além disso, seus apontamentos e contatos com interlocutores brasileiros. Essa é a forma que o autor utiliza para explorar as diferentes linhas interpretativas sobre a revolução no Haiti. Em seguida, é apresentada a repercussão do movimento entre alguns religiosos brasileiros que, contraintuitivamente, tinham opiniões positivas sobre os acontecimentos e, em alguns casos, posicionavam-se claramente contra o trabalho escravo. Alguns o faziam de forma tímida, nas entrelinhas. Outros, como o Padre Leonardo Correa, figura anônima na historiografia brasileira, tinham posição assertiva e postura ativa nos embates políticos da época. Entre os religiosos, estão o monsenhor Miranda, o frei Monte Alverne e o arcebispo d. Romualdo Seixas.

O que o autor pretende demonstrar com esses exemplos é que mesmo nos estamentos mais tradicionais, como no caso dessas figuras importantes da Igreja Católica no Brasil, havia nuances nas visões sobre a legitimidade do trabalho escravo e a emancipação do Haiti. Além disso, havia uma circulação transoceânica de ideias. Por exemplo, o abade Grégoire se comunicou com brasileiros – trocou correspondências com o monsenhor Miranda –, enquanto o abade De Pradt foi muitas vezes citado pelos defensores da independência brasileira. Como pano de fundo desses contatos, estavam as ideias iluministas e a era das revoluções, como o autor faz questão de frisar diversas vezes.

Na terceira parte, intitulada “Os fios de uma teia”, Morel dedica-se a identificar as influências da revolução haitiana no Brasil, trazendo relatos e experiências de personagens da sociedade brasileira que não interpretaram os eventos de modo unidimensional. Para Morel, a visão que interessa é a daqueles cidadãos formadores de opinião que possuíam visão equilibrada e muitas vezes favorável à experiência haitiana ou aos seus ideais. Nem escravos, nem senhorios, mas uma camada da sociedade livre e letrada, incluídos aí religiosos, militares e jornalistas.

O primeiro personagem analisado é Emiliano Mundurucu, um dos líderes militares da Revolução de 1817, em Pernambuco. Para ilustrar sua escolha, o autor cita o dia em que Mundurucu ensaiou uma ação militar no Recife recitando versos que aclamavam o então líder haitiano Henri Christopher. Emiliano Mundurucu, segundo um texto autobiográfico mencionado pelo autor, chegou a visitar o Haiti, embora não tenha tecido muitos comentários sobre o país. Outro personagem interessante dessa “teia” proposta por Morel é o pastor protestante Agostinho Pereira, que alfabetizava negros, era conhecido por seus discípulos como “Divino Mestre” e acabou preso sob acusação de fomentar levantes de escravos.

Morel examina também a repercussão dos eventos haitianos na imprensa brasileira. A liberdade de imprensa só foi estabelecida oficialmente em 1821, ou seja, muito tempo após os principais fatos da revolução haitiana terem ocorrido. No entanto, as notícias da revolução continuaram chegando. Citando alguns dos principais jornais da época, como o *Aurora Fluminense* e *Correio Braziliense*, o autor mostra como a cobertura dos eventos haitianos na incipiente imprensa brasileira não teve um viés presumivelmente negativo. Pelo contrário, é possível dizer que havia uma interpretação até certo ponto equilibrada, e até mesmo que alguns aspectos eram frequentemente elogiados, além de tidos, muitas vezes, como fonte de inspiração. Esse é o caso, por exemplo, do ideal de soberania nacional, que, no Brasil, quando já se discutia abertamente seu próprio movimento emancipatório, ganhava especial relevo.

Para Morel, tanto no Haiti, então colônia de São Domingo, como na França, em ebulição durante a revolução que se seguiu à queda da Bastilha, e no Brasil oitocentista, que recebeu e interpretou a seu modo os eventos haitianos, conceitos e ideias como antirracismo, anti-escravismo, princípios iluministas e teses anticolonialistas se entrelaçavam. O que o autor deseja explicitar, e esse talvez seja seu maior mérito, é que havia, nas primeiras décadas do século XIX, uma complexa teia conceitual e comunicativa, na qual tais ideias se entrecruzavam, se superpunham ou se contradiziam em função dos contextos local e internacional e das convicções de seu portador. Nas palavras do autor, “[...] as instituições não eram monolíticas, mas permeadas de disputas e contradições [...] o que para uns poderia aparecer como limites do liberalismo constitucional (a existência da escravidão), para outros era justamente uma possibilidade, ou brecha, de contestação de um dos fundamentos desta ordem escravista (o preconceito racial)” (p. 230).

Na recepção desse processo revolucionário no Brasil, surgiu o conceito de *haitianismo*. Segundo Morel, no século XIX esse termo tinha um viés negativo, representando a incitação à rebelião escrava e à violência. O autor analisa, inclusive, o debate em torno do *haitianismo* e uma suposta conspiração para a formação, no Brasil, de uma sociedade gregoriana – ou seja, adepta dos princípios defendidos pelo abade Grégoire.

Entre o fim do século XX e início do século XXI, o termo ressurge como categoria analítica a partir da qual se busca pensar a própria formação social brasileira, conferindo um novo sentido para a história da escravidão e dos escravos e valorizando o modo pelo qual esses povos também procuraram ser protagonistas da própria história. Nesse sentido, *A revolução do Haiti e o Brasil escravista* cumpre o importante papel de apresentar ao público leitor, por meio de um detalhado panorama histórico, os sentidos do termo *haitianismo* em seu contexto de surgimento, contribuindo, ao mesmo tempo, para a sua ressignificação histórica e teórica.